

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

CONTABILIDADE COM ÊNFASE EM TRIBUTOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTABILIDADE COM ÊNFASE EM TRIBUTOS

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERENCIAL
RESUMO
A contabilidade gerencial é a área da contabilidade que tem maior responsabilidade no que tange a subsidiar a tomada de decisão, fazendo a empresa seguir rumo aos objetivos traçados pela alta cúpula organizacional. Nesse sentido, a contabilidade gerencial leva em consideração os aspectos internos da empresa, considerando, em primeira mão, as atividades operacionais, as quais são também conhecidas como atividades de valor, conceituadas de maneira mais formal com um conjunto denominado cadeia de valor.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 TEMA 01 – CONCEITO E FUNÇÕES DA CONTABILIDADE GERENCIAL TEMA 02 – O CONTADOR GERENCIAL TEMA 03 – O SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS TEMA 04 – INFORMAÇÃO GERENCIAL CONTÁBIL TEMA 05 – INFORMAÇÃO E VANTAGEM COMPETITIVA
AULA 2 TEMA 01 – A CADEIA DE VALORES TEMA 02 – CADEIA DE VALOR E OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS TEMA 03 – AS EXPECTATIVAS DOS CLIENTES E O CONTROLE DO PROCESSO TEMA 04 – A PERSPECTIVA DOS STAKEHOLDERS E OS OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS TEMA 05 – O PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E O CONTROLE GERENCIAL
AULA 3 TEMA 01 – ORÇAMENTO EMPRESARIAL TEMA 02 – ORÇAMENTO DE VENDAS TEMA 03 – ORÇAMENTO DE CAPITAL TEMA 04 – PROJEÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS TEMA 05 – ASPECTOS COMPORTAMENTAIS DO ORÇAMENTO
AULA 4 TEMA 01 – O CONTROLE GERENCIAL NAS ORGANIZAÇÕES TEMA 02 – DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES TEMA 03 – CENTROS DE RESPONSABILIDADE TEMA 04 – PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA TEMA 05 – CUSTO DE OPORTUNIDADE

AULA 5

TEMA 01: PAPEL DA RECOMPENSA NO CONTROLE DA EMPRESA

TEMA 02: TEORIAS DE MOTIVAÇÃO

TEMA 03: FATORES QUE AFETAM A MOTIVAÇÃO INDIVIDUAL

TEMA 04: MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO EFETIVO E SISTEMAS DE RECOMPENSAS

TEMA 05: RECOMPENSA COMO INCENTIVO E RESPONSABILIDADES AO FUNCIONÁRIO

AULA 6

TEMA 01: PAPEL DA RECOMPENSA NO CONTROLE DA EMPRESA

TEMA 02: TEORIAS DE MOTIVAÇÃO

TEMA 03: FATORES QUE AFETAM A MOTIVAÇÃO INDIVIDUAL

TEMA 04: MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO EFETIVO E SISTEMAS DE RECOMPENSAS

TEMA 05: RECOMPENSA COMO INCENTIVO E RESPONSABILIDADES AO FUNCIONÁRIO

BIBLIOGRAFIAS

- MEGLIORINI, E. Custos: análise e gestão. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- PADOVEZE, C. L. Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- FREZZATTI, F. et al. Controle gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamento e sociológico. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA:
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

RESUMO

É preciso conhecer os conceitos básicos do direito tributário e financeiro. Você perceberá que os conceitos e institutos que aprenderemos serão recorrentes em nossas conversas e na própria legislação. Por isso, é primordial a compreensão do conteúdo desta aula para o desenvolvimento da disciplina. Iniciaremos com o conceito de tributo trazido pelo Código Tributário Nacional, para, no segundo momento, reconhecermos e distinguirmos as espécies tributárias. Compreendido o tributo, passaremos para os princípios constitucionais tributários que são verdadeiras limitações ao poder de tributação do Estado. Logo em seguida trataremos da obrigação e crédito tributário, para finalizarmos com o aprendizado das diversas modalidades de lançamento tributário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

1. CONCEITO DE TRIBUTO
2. ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS
3. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

4. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
5. CRÉDITO TRIBUTÁRIO: LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

AULA 2

1. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA
2. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA NO COMEX
3. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
4. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
5. MERCOSUL E TRIBUTOS

AULA 3

1. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO
2. IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI)
3. PIS/PASEP E COFINS
4. ICMS
5. DEMAIS TRIBUTOS

AULA 4

1. OMC E TRIBUTAÇÃO
2. MEDIDAS ANTIDUMPING
3. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS
4. MEDIDAS DE SALVAGUARDA
5. IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO

AULA 5

1. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
2. ELISÃO FISCAL
3. EVASÃO FISCAL
4. BITRIBUTAÇÃO E DUPLA ISENÇÃO
5. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

AULA 6

1. BENEFÍCIOS FISCAIS DE ÂMBITO GERAL E DE ÂMBITO RESTRITO NO COMÉRCIO EXTERIOR
2. REGIMES ESPECIAIS ADUANEIROS
3. INCENTIVOS FINANCEIROS À EXPORTAÇÃO
4. ISENÇÕES E REDUÇÕES DE TRIBUTOS
5. REGIMES EM ÁREAS ESPECÍFICAS

BIBLIOGRAFIAS

- AMARO, L. Direito Tributário Brasileiro. 16ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- ÁVILA, A. R. S. Curso de Direito Tributário. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.
- BRASIL. Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Código Tributário. Diário Oficial da União, Brasília, 27 out. 1966.

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

RESUMO

ESTA DISCIPLINA ABRANGE O ESTUDO SOBRE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO, NO QUAL SÃO UTILIZADAS AS NORMAS LEGAIS E OS CONHECIMENTOS CONTÁBEIS

COMO BASE PARA O ESTUDO. ELA VISA A PROPORCIONAR UM CONTATO MAIS APROFUNDADO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E DEMONSTRAR COMO A CONTABILIDADE PODE SER UMA FERRAMENTA PARA O BENEFÍCIO DA SOCIEDADE. COMPETÊNCIAS: ENTENDER COMO FUNCIONA O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO; HABILIDADES: CONHECER A BASE TEÓRICA E APLICÁ-LA NA ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

TEMA 01: COMO FAZER O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

TEMA 02: ELISÃO FISCAL VERSUS EVASÃO FISCAL; TIPOS DE ELISÃO, ABUSO DE FORMA

TEMA 03: ESTADO VERSUS CONTRIBUINTE

TEMA 04: O DIREITO DO CONTRIBUINTE DE PAGAR SOMENTE O TRIBUTO DEVIDO

TEMA 05: FINALIDADE DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO; PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO OBRIGAÇÃO

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

AULA 2

TEMA 01: A CONTABILIDADE COMO BASE DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

TEMA 02: INTERPRETAÇÃO DA LC Nº 104/2001

TEMA 03: ABUSOS DA RECEITA FEDERAL

TEMA 04: COMO FAZER O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

TEMA 05: FORMAS DE SONEGAÇÃO FISCAL

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

AULA 3

TEMA 01: REGIMES DE TRIBUTAÇÃO: CONCEITO BÁSICOS

TEMA 02: LUCRO REAL: TÓPICOS ELEMENTARES

TEMA 03: LUCRO PRESUMIDO: TÓPICOS ELEMENTARES

TEMA 04: LUCRO ARBITRADO: TÓPICOS ELEMENTARES

TEMA 05: SIMPLES: TÓPICOS ELEMENTARES

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

AULA 4

TEMA 01: CISÃO, FUSÃO E INCORPORAÇÃO

TEMA 02: COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS

TEMA 03: INCORPORAÇÃO E ABSORÇÃO DE PREJUÍZOS PELA INCORPORADORA

TEMA 04: CISÃO SEM APURAÇÃO DE GANHO DE CAPITAL

TEMA 05: PARTICIPAÇÃO EXTINTA EM CISÃO, FUSÃO E INCORPORAÇÃO

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

AULA 5

TEMA 01: TÓPICOS ESPECÍFICOS DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: OPERAÇÕES DE VENDAS NA INTERNET

TEMA 02: NEUTRALIDADE FISCAL
TEMA 03: BRINDES OU BONIFICAÇÕES DE MERCADORIAS
TEMA 04: GASTOS COM FORMAÇÃO PROFISSIONAL
TEMA 05: POSTERGAÇÃO DE FATURAMENTO
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 6

TEMA 1 – RENDIMENTOS DOS SÓCIOS E SUA TRIBUTAÇÃO
TEMA 2 – JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO
TEMA 3 – GANHOS DE CAPITAL
TEMA 4 – PREVIDÊNCIA PRIVADA
TEMA 5 – LIVRO CAIXA
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- ALVES, V. Planejamento tributário (elisão fiscal). Jusbrasil, 2014. Disponível em: <https://valdivinodesousa.jusbrasil.com.br/artigos/121944135/planejamento-tributario-elisao-fiscal>. Acesso em: 03 mar. 2017.
- BANDEIRA DO Ó, Maria da C. Diferenças entre imunidade, isenção e não incidência tributária. Conteúdo jurídico, 2016. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,diferencas-entre-imunidade-isencao-e-nao-incidencia-tributaria,56460.html>. Acesso em: 03 mar. 2017.
- LIMA, B. L. L. Evasão Fiscal. Prática Contábil. Disponível em: <http://www.praticacontabil.com/contadorperito/Bruno.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2017.

DISCIPLINA:

ANÁLISE DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

RESUMO

Ao iniciarmos nosso estudo, vamos trilhar uma área do conhecimento em que a compreensão dos diversos temas que iremos abordar é de suma importância para o entendimento do todo. É importante que você, caro(a) parceiro nesta jornada, entenda fundamentalmente a necessidade de se compreender este Mercado e sua relevância dentro de um contexto macro das ações estabelecidas na condução da Política Macroeconômica do País. É a Política Econômica, por meio da Política Monetária, que dá um norte a ser seguido e tem no Mercado Financeiro o espaço adequado para implantar suas diretrizes, dado a relevância e abrangência do sistema. Em um curso de especialização em Finanças e Vendas, não entender o mercado financeiro, suas nuances, as ações de Estado e sua finalidade no processo de gestão da liquidez do mercado é não saber interpretar os cenários visando uma eficiente administração do futuro das Empresas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
POLÍTICA MONETÁRIA

POLÍTICA FISCAL
POLÍTICA CAMBIAL
POLÍTICA CREDITÍCIA E DE RENDA

AULA 2

INTRODUÇÃO
OS AGREGADOS MONETÁRIOS NO BRASIL
MERCADO ABERTO OU OPEN MARKET
REDESCONTO, COMPULSÓRIO E A LEI Nº 14.185/2021
QUANTITATIVE EASING OU FLEXIBILIDADE QUANTITATIVA

AULA 3

INTRODUÇÃO
ÓRGÃOS NORMATIVOS
ENTIDADES SUPERVISORAS
OPERADORES DO SFN
LEI N. 13.709 - LGPD

AULA 4

INTRODUÇÃO
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS
O MERCADO DE AÇÕES E A [B]3
TAXA DE CÂMBIO E REGIME CAMBIAL
EXPORTAÇÕES E O BALANÇO DE PAGAMENTOS

AULA 5

INTRODUÇÃO
POLÍTICAS DE CRÉDITO E O SPREAD BANCÁRIO
GERENCIAMENTO DE RISCO
TIPOS DE RISCOS
TIPOS DE GARANTIAS EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

AULA 6

INTRODUÇÃO
BLOCOS ECONÔMICOS
CRISES GLOBAIS
O PAPEL DAS TAXAS DE JUROS
JUROS, TAXAS NOMINAIS, REAIS E ATIVOS FINANCEIROS

BIBLIOGRAFIAS

- CLETO, C. Coleção Gestão Empresarial FAE Business School. Curitiba: Editora Gazeta do Povo, 2002.

DISCIPLINA:

AUDITORIA FISCAL E TRIBUTÁRIA

RESUMO

A contabilidade e a auditoria são áreas estreitamente relacionadas, já que a base para a atuação dos auditores contábeis está nas demonstrações contábeis, que são produzidas

e expressas por meio de sistemas de contabilidade, sendo preparadas pelo setor de contabilidade e controladoria das organizações. O processo evolutivo da auditoria contábil está atrelado à evolução da contabilidade como ciência e setor auxiliar à gestão, no processo de suporte informacional e de tomada de decisões. A abordagem da área foi aprimorada, ao longo do tempo, por parte da auditoria externa, refletindo necessidades ligadas à evolução das organizações, em especial o aumento da complexidade nas transações, no comércio exterior e nas novas formas de arranjo organizacional, considerando principalmente a inovação tecnológica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
ÓRGÃOS E ENTIDADES RELACIONADAS
AUDITORIA INTERNA E AUDITORIA INDEPENDENTE NA CONTABILIDADE
INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR EXTERNO
APLICAÇÃO DAS NORMAS DE AUDITORIAS VIGENTES NO BRASIL

AULA 2

INTRODUÇÃO
BALANÇO PATRIMONIAL E DISCUSSÕES PARA A AUDITORIA
AUDITORIA CONTÁBIL E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
NOTAS EXPLICATIVAS PARA A AUDITORIA
APLICAÇÃO DAS PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AULA 3

INTRODUÇÃO
AS ATIVIDADES PRELIMINARES DO TRABALHO DE AUDITORIA
OS PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA
PAPÉIS DE TRABALHO
APLICAÇÃO DOS MODELOS DE TRABALHO DO AUDITOR E SUA ANÁLISE

AULA 4

INTRODUÇÃO
AS NORMAS PROFISSIONAIS DO AUDITOR INDEPENDENTE
O PROCESSO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REQUISITOS ÉTICOS, CETICISMO E JULGAMENTO PROFISSIONAL
PRÁTICA 4: APLICAÇÃO DAS NORMAS RELATIVAS À AUDITORIA INTERNA (AI)

AULA 5

INTRODUÇÃO
O PROCESSO DE AMOSTRAGEM NA AUDITORIA CONTÁBIL
A APLICAÇÃO DE TESTES EM AUDITORIA
MATERIALIDADE EM AUDITORIA
APLICAÇÃO DA AUDITORIA E O CONTROLE INTERNO

AULA 6

INTRODUÇÃO
AS MODIFICAÇÕES NA OPINIÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE
INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO-COMENTÁRIO
O PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXEMPLO DE EMISSÃO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TA 220 Estrutura Conceitual, de 20 de novembro de 2015. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 nov. 2015.
- IAA BRASIL. Definição de Auditoria Interna. Disponível em: <https://iiabrasil.org.br/ippf/definicao-de-auditoria-interna>. Acesso em: 21 mar. 2022.

DISCIPLINA:

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

RESUMO

Ante o surgimento e organização da Administração Pública, que advém do século XVIII e XIX, quando o Estado deixou de ser absolutista e passou a ser Estado de Direito, separando os Poderes e estabelecendo conexões com vários ramos do direito, surgiram princípios e normativas para garantir a segurança ao direito do povo em relações particulares e públicas. Para entendermos melhor a grande máquina que se tornou a Administração Pública, devemos estudar de uma forma mais aprofundada os temas principais: centralização e descentralização; concentração e desconcentração; administração direta e indireta, por meio das autarquias; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; agências reguladoras; agências executivas e terceiro setor. Nesse contexto, destacamos que a centralização ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira direta, por meio de seus órgãos e agentes que compõem sua estrutura. A descentralização, por sua vez, ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira indireta, delegando-as a outras entidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

ATOS ADMINISTRATIVOS

PRINCÍPIOS E RESPONSABILIDADES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

PODERES ADMINISTRATIVOS

CLASSIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 2

INTRODUÇÃO

PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO

MODALIDADES DA LICITAÇÃO

EXCLUDENTES DE LICITAÇÃO

REVOGAÇÃO, INVALIDAÇÃO E DESISTÊNCIA DA LICITAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO

CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS

TIPOS DE CONTRATO

CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS

EXECUÇÃO E INEXECUÇÃO CONTRATUAL

AULA 4

INTRODUÇÃO

O MERCADO ECONÔMICO E GESTÃO DE CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO

PÚBLICA

GESTÃO DE CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE GESTÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS
A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

AULA 5

INTRODUÇÃO
PRINCIPAIS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ASPECTOS IMPORTANTES AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A LEI N.
8.666/93
EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
BENS PÚBLICOS

AULA 6

INTRODUÇÃO
CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
TERCEIRO SETOR – LEI N. 13.019/2014
CONTROLES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E OUTRAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES À
GESTÃO E À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição Federal (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 13 jan. 2021.
- BRASIL. Lei n. 4.717, de 29 de junho de 1965. Regula a ação popular. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4717.htm. Acesso em: 13 jan. 2021.
- BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 13 jan. 2021.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE TRIBUTOS NA FORMAÇÃO DE PREÇOS E CUSTOS

RESUMO

Neste material iremos abordar sensibilização, fundamentos, conceitos e terminologias sobre custos; contabilidade de custos e introdução aos custos logísticos. Além disso, iremos identificar os principais aspectos e conceitos envolvidos na gestão de custos; perceber como classificar gastos e custos e discutir sobre o assunto.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

1. FUNDAMENTOS DE CUSTOS
4. A CONTABILIDADE DE CUSTOS
2. TERMINOLOGIAS E CONCEITOS EM CUSTOS
5. OS CUSTOS LOGÍSTICOS
3. CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS

AULA 2

1. ESTRUTURA DOS CUSTOS DE MÃO DE OBRA
4. SISTEMA DE CUSTEIO VARIÁVEL
2. OS CRITÉRIOS DE RATEIO DE CUSTOS
5. CUSTOS E RESULTADOS
3. SISTEMA DE CUSTEIO POR ABSORÇÃO

AULA 3

1. CUSTOS DE ARMAZENAGEM
4. CUSTOS DOS TRANSPORTES E TRIBUTÁRIOS
2. CUSTOS DE ESTOQUES
5. CUSTO LOGÍSTICO TOTAL E TRADE OFF
3. CUSTOS DE PROCESSAMENTOS DOS PEDIDOS

AULA 4

1. A IMPORTÂNCIA DOS MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE ESTOQUE
3. MARGEM DE SEGURANÇA E ALAVANCAGEM OPERACIONAL
2. PONTO DE EQUILÍBRIO E MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO
4. CUSTO DO CAPITAL E CUSTOS FINANCEIROS
5. AS ETAPAS DO CUSTEIO

AULA 5

1. ANÁLISE POR CENTRO DE CUSTOS
4. A ANÁLISE CVL – CUSTO-VOLUME-LUCRO
2. CUSTOS DE ESTOQUES
5. COMPARAÇÃO ENTRE TERCEIRIZAR E INTERNALIZAR
3. VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS MÉTODOS DE CUSTEIO

AULA 6

1. REGIMES TRIBUTÁRIOS E CRÉDITO DE IMPOSTOS
4. FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA
2. GESTÃO DOS CUSTOS LOGÍSTICOS E NÍVEL DE SERVIÇOS
5. TOMADA DE DECISÕES BASEADAS EM CUSTOS
3. CUSTOS E ORÇAMENTOS

BIBLIOGRAFIAS

- JORGE, R. K. Gestão de custos, riscos e perdas. São Paulo: Pearson, 2016.
- MEGLIORINI, E. Custos: análise e gestão. 3 ed. São Paulo: Pearson, 2011.
- PEREZ JÚNIOR, J. H. Gestão estratégica de custos: textos e testes com as respostas. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DISCIPLINA:

GESTÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREV. E TRABALHISTAS

RESUMO

É importante esclarecer a principal diferença entre saúde, assistência e previdência social, uma vez que a população em geral talvez não tenha conhecimento dos direitos em relação à seguridade social que devem ser fornecidos pelo Estado. O regime geral de previdência social é o regime de previdência da maioria dos brasileiros, já que o regime próprio de previdência compreende apenas os servidores públicos de cargo efetivo,

enquanto a previdência complementar possui um caráter facultativo, logo, é um regime opcional aos cidadãos. Ademais, a grande maioria da população desconhece os direitos decorrentes da filiação e da inscrição ao regime geral de previdência social, especificamente no que diz respeito aos benefícios previdenciários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL
REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO

AULA 2

INTRODUÇÃO
SEGURADOS FACULTATIVOS E DEPENDENTES
SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS
MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO
PERÍODOS DE CARÊNCIA

AULA 3

INTRODUÇÃO
APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
APOSENTADORIA POR IDADE
APOSENTADORIA ESPECIAL
AUXÍLIO-DOENÇA

AULA 4

INTRODUÇÃO
BENEFÍCIO ASSISTENCIAL
PENSÃO POR MORTE
AUXÍLIO-RECLUSÃO
SALÁRIO MATERNIDADE

AULA 5

INTRODUÇÃO
ACIDENTE DE TRABALHO
INDENIZAÇÕES
ACIDENTE DE TRABALHO EFEITOS NO CONTRATO DE TRABALHO
AÇÕES REGRESSIVAS

AULA 6

INTRODUÇÃO
DOENÇAS OCUPACIONAIS
COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO
PRESCRIÇÃO DAS AÇÕES ACIDENTÁRIAS
EFEITOS DAS DECISÕES JUDICIAIS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

BIBLIOGRAFIAS

- _____. Manual de direito previdenciário. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
GARCIA, G. F. B. Curso de direito da seguridade social. 3. ed., ver. e ampl. Rio

de Janeiro: Forense, 2017.

- MARTINEZ, W. N. M. Curso de direito previdenciário. 7. ed. São Paulo: LTr, 2017.
- CASTRO, C. A. P. de; LAZZARI, J. B. Direito previdenciário. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

DISCIPLINA:

DESENVOLVIMENTO PESSOAL, REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS EM CARGOS E SALÁRIOS

RESUMO

No atual cenário de transição em que estamos vivendo, é nítida a remodelação do significado da palavra “carreira”, assim como sua prática nas organizações e em teorias acadêmicas aplicadas ao tema e sua prospecção. Planejar um futuro profissional implica ações que envolvem pensar à frente, alinhando metas, expectativas e interesses com os nossos sonhos. A projeção de carreira representa a priori o ponto de partida; é por essa razão que o planejamento estratégico é tão significativa na vida profissional. Não podemos ter certezas, a não ser que tenhamos dúvidas. Refletir sobre o trajeto que percorremos, e como nos vemos em uma linha futura, permite-nos elaborar ações inteligentes no momento presente, na esperança de colher os resultados dos empenhos que empregamos durante uma jornada. Como podemos desenvolver nossa carreira em um mundo flexível, que muda em ritmo acelerado? O profissional moderno deve ter um olhar exclusivo para a sua carreira, realizando um plano de desenvolvimento, que por sua vez incorpora novas habilidades e competências, novos conhecimentos e novas atitudes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
MODELOS DE CARREIRA
CARREIRAS NA ATUALIDADE
CARREIRAS E GERAÇÕES
GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIA

AULA 2

INTRODUÇÃO
MODELOS DE COACHING
A SESSÃO DE COACHING
DESIGN DE CARREIRA
PLANO DE CARREIRA

AULA 3

INTRODUÇÃO
INTELIGÊNCIA E OS TESTES DE QI (QUOCIENTE DE INTELIGÊNCIA)
INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS
CARREIRA EXECUTIVA E COACHING DE LIDERANÇA
ORGANIZAÇÕES QUE APRENDEM

AULA 4

INTRODUÇÃO
GESTÃO DAS EMOÇÕES
O USO DA PSICOLOGIA POSITIVA NA VIDA E NOS NEGÓCIOS

ACONSELHAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL
PILARES DE UMA CARREIRA SUSTENTÁVEL

AULA 5

INTRODUÇÃO

COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS PARA CARREIRA

DESAFIOS NA TRANSIÇÃO EM PAPÉIS DE LIDERANÇA

CANVAS PESSOAL – METODOLOGIA PARA PLANEJAR E GERIR CARREIRA

EMPREENDEDORISMO PESSOAL E CARREIRAS AUTÔNOMAS

AULA 6

INTRODUÇÃO

PROPÓSITO

VALORES E PRINCÍPIOS

CRENÇAS

VIDA E CARREIRA

BIBLIOGRAFIAS

- CHIAVENATO, I. Princípios da Administração: o Essencial Em Teoria Geral da Administração. 2. ed. Marca: Manole, 2012.
- CATANANTE, B.; FILLIAGE, M. Gerações X y Z S: na visão de um baby boomer. Pinhais, PR: Melo, 2011.
- FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. Estratégias empresariais e formação de competências. São Paulo: Atlas, 2011

DISCIPLINA:

CONTABILIDADE EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIA

RESUMO

Ao longo do tempo, a contabilidade deixou de ser produzida apenas para cumprir a legislação fiscal e passou a desempenhar um papel importante dentro das empresas, com informações geradas para os mais diversos públicos, sejam eles internos ou externos, tais como os fornecedores, os empregados, os sócios e acionistas, os bancos, entre outros. Dada a importância atribuída à contabilidade e à entrega de informações da situação econômica e financeira das empresas, os estudiosos criaram diversos ramos para que cada trate de assuntos específicos, tais como: a contabilidade empresarial, a tributária, a de custos, a gerencial etc. Porém, independentemente do ramo que se estude, há que se ter em mente que todos estão voltados para o mesmo objetivo, que é de manter as entidades bem informadas sobre seus resultados, diante de um mercado que está cada dia mais competitivo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

OBJETIVOS DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS

USUÁRIOS DA CONTABILIDADE

TIPOS DE EMPRESAS

EXEMPLOS PRÁTICOS DE SOCIEDADE

AULA 2

INTRODUÇÃO

OBJETIVOS DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS

RELATÓRIOS CONTÁBEIS OBRIGATÓRIOS X NÃO OBRIGATÓRIOS
CAPITAL DE TERCEIROS E CAPITAL PRÓPRIO
EXEMPLOS PRÁTICOS DOS CÁLCULOS DA ESTRUTURA DE CAPITAL

AULA 3

INTRODUÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA
INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA EMPRESA
EXEMPLOS PRÁTICOS DOS CÁLCULOS DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ

AULA 4

INTRODUÇÃO
FINALIDADE DA CONTABILIDADE DE CUSTOS
SISTEMAS DE APURAÇÃO OU CUSTEIO DE CUSTOS
AVALIAÇÃO DE ESTOQUES
EXEMPLOS PRÁTICOS DO CUSTEIO POR ABSORÇÃO E CUSTEIO VARIÁVEL

AULA 5

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS CONSTITUCIONAIS
FATO GERADOR, INCIDÊNCIA E NÃO INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA
TRIBUTOS SOBRE A RENDA LUCRO REAL, PRESUMIDO E SIMPLES NACIONAL
EXEMPLOS PRÁTICOS DO LUCRO REAL, PRESUMIDO E SIMPLES NACIONAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
PIS, COFINS, ICMS E ISS
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO
OBRIGAÇÕES FISCAIS PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS
EXEMPLOS PRÁTICOS DE CÁLCULO DE ENCARGOS SOCIAIS

BIBLIOGRAFIAS

- MAMEDE, G. Direito Societário. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- MARION, J. C. Contabilidade empresarial: instrumentos de análise, gerência e decisão. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- RIBEIRO, O. M. Contabilidade básica. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

DISCIPLINA:

DIREITO ADUANEIRO

RESUMO

O direito aduaneiro versa sobre diversos temas relacionados à importação e exportação de bens e serviços. Quantas pessoas já importam ou exportam produtos e serviços sem se darem conta das regras e procedimentos corretos para a entrada e/ou saída desses bens e serviços do país? Quantos dos seus clientes já pensaram em importar mercadorias para revender no Brasil olhando somente o valor do produto no exterior e concluindo que esse negócio será o chamado negócio da China? E quantos clientes não lhe perguntam o procedimento, a legislação aplicável, a forma como trazer o produto para o mercado brasileiro? E, ainda, quantos clientes precisam importar bens e serviços para que continuem competitivos em relação à venda ou revenda de seus

produtos no mercado interno e externo? Para entender os procedimentos, tributos, a legislação aplicável etc. sobre importação e exportação de bens e serviços, existe o direito aduaneiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

ADUANA

FONTES DO DIREITO ADUANEIRO

TERRITÓRIO ADUANEIRO

TRATADOS INTERNACIONAIS

AULA 2

INTRODUÇÃO

ÓRGÃOS INTERVENIENTES NO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO - PARTE II

REGULAMENTO ADUANEIRO

REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS - PARTE I

REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS - PARTE II

AULA 3

INTRODUÇÃO

COMPOSIÇÃO DO VALOR ADUANEIRO

TRIBUTOS – PARTE I

TRIBUTOS – PARTE II

TRIBUTOS – PARTE III

AULA 4

INTRODUÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA HABILITAÇÃO NO RADAR

REVISÃO ADUANEIRA

PENA DE PERDIMENTO

CONSULTA À LEGISLAÇÃO

AULA 5

INTRODUÇÃO

EXCESSO DE PRAZO QUANTO AOS DOCUMENTOS ENTREGUES PARA HABILITAÇÃO NO RADAR

EXCESSO DE PRAZO PARA RESPOSTA QUANTO AO ANDAMENTO DO PROCESSO DE DESEMBARAÇO ADUANEIRO POR MOTIVO DE GREVE E DEMAIS FATORES

AÇÃO DECLARATÓRIA PARA RECONHECIMENTO DE ILEGALIDADE E/OU INCONSTITUCIONALIDADE DE TRIBUTOS NA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

CUMULADO COM A RESTITUIÇÃO DO PAGAMENTO INDEVIDO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

AÇÃO DECLARATÓRIA PARA RECONHECIMENTO DE ILEGALIDADE E/OU INCONSTITUCIONALIDADE COM RELAÇÃO AO AUMENTO DA TAXA SISCOMEX, BEM COMO A RESTITUIÇÃO DO PAGAMENTO INDEVIDO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

FLUXOGRAMA DE EXPORTAÇÃO

FLUXOGRAMA DE IMPORTAÇÃO - PARTE I

FLUXOGRAMA DE IMPORTAÇÃO - PARTE II

CONSULTA À CLASSIFICAÇÃO FISCAL

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 abr. 2021.
- _____. Decreto n. 660, de 25 de setembro de 1992. Diário Oficial da União, Brasília, 28 set. 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0660.htm. Acesso em: 21 abr. 2021.
- _____. Decreto n. 6.759, de 5 de fevereiro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 6 fev. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6759.htm. Acesso em: 21 abr. 2021.

DISCIPLINA:

CONTABILIDADE SOCIETÁRIA

RESUMO

Já se passaram alguns anos depois da convergência das normas internacionais de contabilidade no Brasil. Tais alterações iniciaram a partir da Lei 11.638/2007 e da Medida Provisória 448 de 2008, convertida na Lei 11.941/2009. Ambas as normas alteraram diversos dispositivos da Lei das S/As, como é conhecida a Lei 6.404/1976.

Essas alterações tiveram (e ainda têm) o objetivo de facilitar a análise dos investidores internacionais, principalmente. De acordo com Viceconti e Neves (2013, p. 33) “a necessidade de manusear diversas demonstrações financeiras com várias normas distintas e diferenciadas dificultava sobremaneira a comparação das mesmas e, conseqüentemente, a aplicação dos recursos pelos investidores residentes ou domiciliados em outros países”.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONVERSA INICIAL

TEMA 01 – CPC 01 – ASPECTOS NORMATIVOS E CONCEITUAIS TEMA 02 – UNIDADE GERADORA DE CAIXA E GOODWILL TEMA 03 – MENSURAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DE UGC'S TEMA 04 – MENSURAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS TEMA 05 – REVERSÃO DE IMPAIRMENT NA PRÁTICA FINALIZANDO

AULA 2

CONVERSA INICIAL

TEMA 01 – ASPECTOS NORMATIVOS E CONCEITUAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS TEMA 02 – CPC 20 – RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO TEMA 03 – AMORTIZAÇÃO TEMA 04 – PERÍODO DE CAPITALIZAÇÃO, SUSPENSÃO E CESSAÇÃO DA CAPITALIZAÇÃO TEMA 05 – COVENANTS NA PRÁTICA FINALIZANDO

AULA 3

CONVERSA INICIAL

TEMA 01 – ESTRUTURA CONCEITUAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – CPC 00 R1 TEMA 02 – CAPITAL SOCIAL E SUA CONTABILIZAÇÃO – SUBSCRITO, INTEGRALIZADO E AÇÕES EM TESOURARIA TEMA 03 – TRANSAÇÃO NA EMISSÃO DE AÇÕES TEMA 04 – CÁLCULO DO ÁGIO NA EMISSÃO DE AÇÕES – PERÍODO DE CAPITALIZAÇÃO TEMA 05 – RESERVAS DE CAPITAL NA PRÁTICA FINALIZANDO

AULA 4

CONVERSA INICIAL

TEMA 01 – CONCEITO DE RESERVAS E RESERVA LEGAL TEMA 02 – OUTRAS RESERVAS DE LUCROS TEMA 03 – RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS TEMA 04 – AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL TEMA 05 – DIVIDENDOS NA PRÁTICA FINALIZANDO

AULA 5

CONVERSA INICIAL

TEMA 01 – ASPECTOS INICIAIS – CPC 23 TEMA 02 – POLÍTICAS CONTÁBEIS TEMA 03 – ALTERAÇÃO DE PRÁTICA CONTÁBIL E MUDANÇA DE ESTIMATIVA TEMA 04 – CORREÇÃO DE ERROS TEMA 05 – DIVULGAÇÃO DA REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NA PRÁTICA FINALIZANDO

AULA 6

CONVERSA INICIAL

TEMA 01 – ASPECTOS INICIAIS – CPC 02 TEMA 02 – FORMAS DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR TEMA 03 – TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA TEMA 04 – MÉTODOS DE CONVERSÃO TEMA 05 – DIVULGAÇÃO NA PRÁTICA FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- MARTINS, E., et al. Manual de Contabilidade Societária. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- RIOS, R. P.; MARION, J. C. Contabilidade Avançada: de acordo com as Normas Brasileiras De Contabilidade (NBC) e Normas Internacionais De Contabilidade (IFRS). 1. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

